



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO

14ª LEGISLATURA - 56ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO

REALIZADA EM 09 SETEMBRO DE 2025.

Às dez horas do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, terça -feira, realizou-se a Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo Vereador **Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os vereadores **Adalto Donato de Oliveira**, do Partido Republicanos, **Ellis Regina Batista Leal Oliveira**, **José Iracy Macário Barros** do Partido União, **Gilber Rocha Mercês**, **Sofia Andrade de Aguiar Gomes**, do Partido Liberal (PL), **Breno Mendes da Silva Farias**, **José Uilson Guimarães de Souza**, do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes**, **Evanildo Ferreira da Silva** do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Nilton de Souza Melo**, **Thiago dos Santos Tezzari**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Everaldo Alves Fogaça**, **Wanoel Chaves Martins** do Partido Social Democrático (PSD), **Pedro Geovar Ribeiro Junior**, do Partido Progressista (PP), **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD) e **Fernando Celestino da Silva** (Sem filiação partidária). **Justificada as ausências dos vereadores:** Bruno Luciano do Couto Araújo, Edimilson Dourado Gomes, Márcio Pacle Vieira da Silva, Militino Feder Júnior, Jeovane de Jesus Rocha. Após saudar os presentes, o Presidente, Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Município de Porto Velho**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia. **EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada; **II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal:** (Não houve); **III - Apresentação das proposições dos Vereadores:** (Não houve); **Palavra vaga aos Vereadores inscritos;** Para fazer uso da palavra o Vereador **Marcos Combate**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando a vereadora Ellis Regina, os demais colegas e a população de Porto Velho. Relatou visita à Escola Cosme Damião, onde mais de 200 crianças estudam, incluindo 15 autistas, e destacou que nenhuma delas recebeu lancheira ou lanche extra. Segundo ele, pais relataram que às sextas-feiras as crianças comem mais do que o habitual para compensar a falta de alimentos nos fins de semana, o que considera uma situação grave. Marcos Combate afirmou que já denunciou diversas vezes a falta de entrega das lancheiras e dos lanches extras, apesar da aquisição de 33 mil unidades. Disse ainda que algumas escolas receberam o benefício, mas as de ensino infantil (pré e creche) ficaram de fora, o que representa quase 10 mil crianças prejudicadas. Questionou o critério usado pela Secretaria de Educação e pediu que o secretário seja convocado pela Câmara para prestar esclarecimentos. O vereador também criticou a condução da gestão municipal em relação a inaugurações de obras, que, segundo ele, seriam herdadas de gestões anteriores, e defendeu a necessidade de mudanças no secretariado para destravar o

desenvolvimento da cidade. Ressaltou que não é contra o prefeito Léo Moraes, mas contra secretários que, em sua avaliação, não cumprem bem suas funções. Ele denunciou ainda perseguições a servidores públicos, exonerações de diretoras de escolas sem justificativa e a falta de entrega de uniformes e kits escolares. Citou o caso da ex-diretora Rosana, que, segundo ele, foi exonerada por reivindicar o direito das crianças ao lanche. Por fim, reforçou que sua fala é uma reivindicação em defesa das diretoras de escolas, dos servidores e, principalmente, das crianças de Porto Velho, pedindo que haja maior responsabilidade e diálogo na condução da educação municipal. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Ellis Regina**; A vereadora Ellis Regina iniciou sua fala cumprimentando os colegas vereadores, a imprensa, servidores e o público presente na plenária. Destacou a importância do Setembro Amarelo, ressaltando que o mês busca conscientizar e prevenir o suicídio, problema que atinge jovens em virtude de depressão, ansiedade, dívidas, dificuldades financeiras e vícios em jogos de azar. Na sequência, relatou preocupação com o endividamento dos servidores públicos de Porto Velho, especialmente em função dos consignados e do chamado cartão previdenciário. Explicou que o cartão, apresentado como de crédito, na prática funciona como empréstimo, levando o servidor a pagar apenas juros sem quitar o débito principal, comprometendo grande parte de sua renda mensal. Diante disso, solicitou à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Administração que excluam essa modalidade da margem consignável. Alertou ainda que, caso não haja providências, poderá requerer a abertura de uma CPI para apurar os descontos nos contracheques. A vereadora reforçou que a gestão atual havia se comprometido a valorizar o servidor público, mas que muitos estariam sendo prejudicados por interesses externos. Em seguida, comentou sobre casos de perseguição a servidores e citou o episódio da Escola Padre Chiquinho, onde, após diálogo envolvendo vereadores, sindicato e secretaria, foi possível chegar a um consenso sobre exonerações de diretores. Defendeu a necessidade de se instituir a gestão democrática nas escolas, por meio da eleição direta de diretores pela comunidade escolar, lembrando que esse modelo já foi adotado em alguns momentos no município. Solicitou ao presidente da Câmara e ao líder do prefeito que cobrem da Prefeitura o envio do projeto de lei sobre o tema, para que seja discutido e votado ainda este ano. Por fim, ressaltou que pastas como Educação e Saúde exigem dirigentes experientes, reforçou a necessidade de participação da comunidade escolar na escolha de seus gestores e concluiu agradecendo. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando os colegas e convidando-os para a audiência pública marcada para o dia seguinte, voltada aos moradores da Vila Princesa. Destacou que, no contrato da concessão do aterro sanitário, havia a obrigação de reaproveitar a mão de obra das famílias que sempre trabalharam no manejo dos resíduos de Porto Velho, ressaltando a importância desse compromisso social. Em seguida, tratou da questão do transporte escolar, reforçando que a terceirização deve se limitar à manutenção dos veículos, sem incluir motoristas e monitores, que devem continuar sendo escolhidos pelas comunidades escolares. Disse que já discutiu o tema com o secretário Paraguaçu, que compartilha dessa preocupação. O vereador também mencionou reunião com a secretária Luana Rocha, da Seas, que apresentou o programa “Criança Feliz”, voltado inicialmente a crianças de 0 a 3 anos, com auxílio mensal de R\$ 100, podendo ser estendido até 6 anos. Ele destacou a relevância da iniciativa para as famílias em situação de vulnerabilidade. Na sequência, comentou a entrega da Praça Alphaville, que além de oferecer estrutura esportiva, simbolizou um momento de união política. Parabenizou a ex-deputada federal Mariana Carvalho, o vereador Maurício Carvalho e o prefeito Léo Moraes pela articulação conjunta em prol da cidade, afirmando que quem ganha com essa união é a população de Porto Velho. Por fim, registrou felicitações de aniversário ao comunicador Anderson, da página Humor PVH, reconhecendo seu trabalho e contribuição. Para fazer uso da palavra o **Vereador Adriano Gomes**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando o presidente, os colegas parlamentares e o público presente. Em seguida, destacou sua preocupação com as notícias que circulam nas redes sociais sobre a possível substituição da empresa responsável pela coleta de resíduos sólidos em Porto Velho. Ressaltou que, embora se discuta amplamente a troca da empresa, pouco se fala sobre as consequências para as mais de 300 famílias que dependem diretamente desses empregos. Questionou quais medidas estão sendo adotadas para evitar o desemprego em massa e defendeu que a Câmara acompanhe de perto o assunto, por meio da comissão já criada, a fim de garantir uma solução justa para os trabalhadores. Na sequência, o vereador relatou ter recebido denúncias sobre as condições precárias no galpão do Detran, localizado na Rua Benedito Inocêncio, onde a população realiza exames para obtenção da habilitação. Segundo ele, a falta de ventilação e os ventiladores quebrados têm causado episódios de pessoas passando mal e até desmaios devido ao calor excessivo. Concluiu registrando críticas ao governo estadual e à gestão do Detran, afirmando

que situações como essa não podem continuar a prejudicar a população de Porto Velho. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Sofia Andrade**; A vereadora iniciou sua fala cumprimentando o pastor Evanildo, seus colegas, o presidente da Casa, servidores e a população presente. Ela expressou preocupação com um vídeo postado no Instagram oficial da prefeitura de Porto Velho que, segundo ela, promovia a distribuição de "bolo de graça". A vereadora argumentou que "não existe nada de graça", e que o bolo é pago com o dinheiro dos impostos da população. Ela criticou a ação por considerá-la ideológica e por alienar a população, fazendo-a acreditar que recebe favores. Em sua fala, ressaltou a importância de investimentos em saneamento básico, saúde, educação e infraestrutura, em vez de gastar recursos com ações que desviam o foco dos problemas reais da cidade. Sofia Andrade destacou que, embora seja importante comemorar o aniversário de Porto Velho, a gestão não deve promover a ideia de que há benefícios gratuitos. Ela afirmou que os cidadãos pagam por tudo e que as dificuldades enfrentadas, como a falta de consultas médicas ou a ausência de infraestrutura, são reflexos do dinheiro mal utilizado. A vereadora finalizou repudiando a iniciativa e pedindo que a prefeitura não tente mais alienar a população com a ideia de que recebe favores, já que, em sua visão, é obrigação dos gestores trabalhar pelo povo, que os paga para isso. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Breno Mendes**; Em sua fala, o vereador cumprimentou a diretora da Casa, os vereadores presentes, a imprensa e a população. Ele manifestou apoio à iniciativa do vereador Adriano Gomes e da vereadora Ellis Regina, sugerindo que a questão da contratação emergencial da coleta de lixo fosse incluída na pauta da comissão especial criada para este fim. Dr. Breno Mendes citou o artigo 147 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que trata da nulidade de contratos e exige que, ao se declarar a nulidade de um contrato e iniciar uma nova contratação, sejam avaliados diversos aspectos, como: Impacto econômico e financeiro; Riscos sociais e ambientais; Custos de interrupção do serviço. Ele afirmou que, no caso do contrato emergencial em questão, esses pontos não foram devidamente avaliados. Segundo o vereador, a contratação emergencial é nula se esses critérios não foram observados, e a prefeitura deveria fazer um novo edital. No entanto, ele defendeu que a solução ideal seria a realização de uma nova licitação ou a continuidade da Parceria Público-Privada (PPP), que já havia sido validada pelo Tribunal de Justiça. O vereador criticou a decisão do Tribunal de Contas de anular o contrato anterior e a rapidez com que a prefeitura assinou o novo contrato emergencial, o que, em sua visão, criou uma insegurança jurídica e social, colocando em risco o emprego de 300 famílias e a continuidade do serviço de coleta de lixo. Ele expressou preocupação com a possibilidade de a empresa contratada não conseguir executar o serviço pelo valor proposto, pedindo um aditivo contratual posteriormente, o que ele classificou como um "equilíbrio econômico" ou "aditivo de até 25%." Ele pediu à comissão que recomende ao executivo que, caso o contrato emergencial seja mantido, o valor inicial proposto seja preservado para evitar fraudes. Dr. Breno Mendes também abordou a inauguração da Praça Professor Marise Castiel e fez um apelo para que a prefeitura, o prefeito Léo Moraes e os deputados federais Maurício Carvalho e Mariana Carvalho trabalhem juntos para angariar mais recursos para a cidade. Por fim, ele solicitou à Mesa Diretora que, antes de qualquer convocação oficial, os secretários municipais sejam convidados para comparecerem e prestarem esclarecimentos. Para fazer uso da palavra o **Vereador Thiago Tezzari**; O vereador agradeceu a confiança da Casa ao ser designado para presidir a comissão especial que acompanhará a transição do serviço de coleta de resíduos sólidos. Ele relembrou sua defesa da concessão atual, que, em sua opinião, é um documento lícito e qualificado, mas que tem sido atacado pelo Tribunal de Contas. Tezzari expressou preocupação com a possibilidade de a cidade criar uma crise na coleta de lixo, uma vez que esse é um dos poucos serviços que não apresenta problemas constantes. Afirmou que a comissão, em colaboração com o presidente e a Mesa Diretora, apresentará um plano de trabalho ao final da sessão. Esse plano incluirá: Inspeção nos ativos das atuais e futuras empresas de coleta, avaliação de impacto e reuniões com o sindicato dos trabalhadores. O vereador destacou a preocupação com os mais de 300 funcionários que poderiam ser afetados pela mudança. Ele comparou a situação à transição do transporte coletivo, na qual, apesar da lei e da pressão, cerca de 60% dos funcionários da antiga empresa acabaram não sendo contratados pela nova. Por fim, o vereador garantiu o compromisso da comissão em atuar dentro dos limites da lei para garantir que os trabalhadores tenham a oportunidade de continuar empregados e que o serviço de coleta de lixo não seja prejudicado. Para fazer uso da palavra o **Vereador Fernando Silva**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando os presentes e criticando a lentidão na implementação do projeto de Atividade Delegada, que permite que policiais militares, civis e penais trabalhem em seus horários de folga para reforçar a segurança pública. O vereador cobrou uma atitude do prefeito Léo Moraes, lembrando que, no

início do ano, o prefeito havia gravado um vídeo sobre o projeto, mas que até o momento ele não saiu do papel. Fernando Silva afirmou que o projeto está parado na Procuradoria Geral do Estado e classificou a situação como incompetência do governador Coronel Marcos Rocha, pois a falta de avanço no projeto mostra um descaso com a Polícia Militar, Civil e Penal. Ele ressaltou que "só fazer o vídeo não adianta" e que é preciso efetivamente colocar o projeto em prática para garantir a segurança da população, especialmente de ambulantes e outros cidadãos que dependem da segurança pública. Em relação à questão dos resíduos sólidos, o vereador questionou o presidente da comissão especial sobre a nova empresa que assumirá o serviço. Ele fez uma série de perguntas sobre a estrutura da empresa, como a quantidade de caminhões, motos e balsas disponíveis para a coleta, especialmente no Baixo Madeira. O vereador expressou preocupação de que, em outubro, mês do aniversário da cidade, Porto Velho possa ficar coberta de lixo, como em gestões passadas. Ele afirmou que a coleta de lixo atual não apresenta reclamações por parte da população e que sua defesa não é de uma empresa específica, mas da população de Porto Velho. O vereador finalizou pedindo cautela e mais respeito com o povo, para que o aniversário da cidade não seja marcado por um serviço de coleta de lixo de má qualidade. **PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. I – Leitura de Correspondência;** (Não houve). **II – Leitura de Projetos e Moções:** (Não houve); **III – Leitura, discussão e votação única de Requerimento; I- Requerimento nº 95 de 2025,** de autoria da Mesa Diretora, no qual requer a inclusão, na pauta da Ordem do Dia, o Projeto de Resolução nº 846/2025, que "Institui Comissão Especial de Fiscalização da Câmara Municipal de Porto Velho para acompanhar e avaliar a transição dos serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no Município de Porto Velho, bem como as atividades do Grupo de Trabalho instituído pelo Poder Executivo Municipal". Em votação; Requerimento aprovado por dezesseis votos favoráveis e duas ausências de plenário. **IV- Leitura de informações Oficiais.** (Não houve). **INTERVALO REGIMENTAL.** O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de Intervalo Regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno, não havendo passou-se imediatamente, à **ORDEM DO DIA,** na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Projeto de Lei nº 4817 de 2025,** de autoria do Vereador Dr. Breno Mendes, que "Autoriza a criação de ações de incentivo à troca voluntária de livros entre estudantes da rede pública municipal de ensino e dá outras providências. Em votação; Projeto aprovado em primeira votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **II- Projeto de Lei nº 4851 de 2025,** de autoria da Vereadora Sofia Andrade, que "Dispõe sobre a proibição de colagem, afixação ou instalação de materiais de propaganda ou comunicação visual, de natureza comercial ou institucional, com ou sem fins lucrativos, em bens públicos e privados nos locais que especifica, e dá outras providências. Em votação; Projeto aprovado em primeira votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **III- Projeto de Lei Complementar nº 1406 de 2025,** de autoria de todos os vereadores, que "Altera a Lei Complementar nº 994, de 07 de agosto de 2024, para incluir a área do Lote de Terras nº 10-A, desmembrado do Título Definitivo nº 2322010226, conhecido como Cascalheira, no Programa Especial de Regularização Fundiária Urbana do Município de Porto Velho." Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **IV- Projeto de Lei nº 4838 de 2025,** de autoria do Vereador Nilton Souza, que "Autoriza a capacitação em primeiros socorros para professores e profissionais da educação da rede municipal de ensino de Porto Velho, e dá outras providências" Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezessete votos favoráveis e seis ausências de plenário. **V- Projeto de Lei nº 4845 de 2025,** de autoria do Vereador Nilton Souza, que "Fica autorizado a criação de diretrizes para incentivo à aquisição de livros físicos e digitais de autores porto-velhenses no âmbito da rede municipal de ensino de Porto Velho, e dá outras providências." Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **VI- Projeto de Lei nº 4889 de 2025,** de autoria do Vereador Wanoel Martins, que "Concede título de utilidade pública ao instituto Melissa e dá outras providências." Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **VII- Projeto de Resolução nº 835 de 2025,** de autoria do Vereador Thiago Tezzari, que "Altera o art. 51 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho, a fim de permitir o licenciamento de vereador para o exercício de cargo no Poder Executivo de outras esferas federativas, sem prejuízo do mandato." Em votação; Projeto aprovado em segunda votação por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. **VIII- Moção nº 71 de 2025,** de autoria do Vereador Marcos Combate que "requer à Mesa Diretora, nos moldes do art. 133, § 1º, c/c art. 128, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 254/CMPV91, Regimento Interno/CMPV, que seja concedida **MOÇÃO DE APLAUSO** aos guias de turismo de Rondônia." Em votação; Moção

aprovada por dezesseis votos favoráveis, e sete ausências de plenário. **IX- Projeto de Resolução nº 846 de 2025**, de autoria da Mesa Diretora, que “Institui Comissão Especial de Fiscalização da Câmara Municipal de Porto Velho para acompanhar e avaliar a transição dos serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no Município de Porto Velho, bem como as atividades do Grupo de Trabalho instituído pelo Poder Executivo Municipal.” Em votação; Projeto aprovado por dezessete votos favoráveis, e seis ausências de plenário. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito). Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito); **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** (Não houve orador inscrito). Nada mais havendo a tratar, o Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária** do Segundo Período Legislativo as onze horas e cinquenta minutos. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 17/09/2025, 09:52:55